

# Os credores devem cair na realidade

**A. Gomes da Costa (\*)**

A dívida externa do Brasil já é superior a US\$ 90 bilhões e a dívida interna, projetada para dezembro deste ano, ultrapassa os Cr\$ 20 trilhões. Estes montantes correspondem aos encargos que a nossa geração irá transferir para os descendentes, comprometendo, com as amortizações e os juros, uma parcela substancial da renda futura do País.

Até agora a política do governo tem sido, no caso da dívida em moeda estrangeira, "rolar" para a frente os vencimentos, a qualquer custo, evitando a ruptura do equilíbrio das contas externas. Já no que diz respeito à dívida interna, as autoridades, sem tanta preocupação, empenham-se em fazer novas e sucessivas emissões de títulos (Obrigações Reajustáveis e Letras do Tesouro Nacional), conforme as necessidades de caixa e os apertos do orçamento.

De pouco vale fantasiar em cima dos novos créditos recentemente obtidos junto aos banqueiros norte-americanos, japoneses e europeus; ou pensar que, pelo fato de o Banco Central ter levantado no último leilão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional Cr\$ 1 trilhão, com ágio, as "minas do rei Salomão" são inesgotáveis e infinitas as linhas de crédito da Wall Street. Pois, se amanhã a taxa de crescimento das exportações brasileiras não der para cobrir o serviço da dívida, uma fração cada vez maior do PIB terá de ser transferida para o exterior e a situação passará a ser insustentável. Da mesma maneira, o endividamento interno por parte do governo obriga-lo-á a procurar no aumento da carga fiscal ou nas emissões de papel-moeda os recursos necessários para atender aos juros e à correção monetária dos empréstimos.

Dentro deste quadro, a pergunta a ser feita é a seguinte: existe alguma possibilidade de o Brasil, a exemplo de outros países do chamado Terceiro Mundo, pagar o que deve? Ou, de outra forma: uma negociação durante a qual se partiu do princípio de que se seguindo a política recomendada pelo FMI estaria assegurada a ultrapassagem dos problemas teria sido a mais indicada?

Sejamos realistas: por mais esforço e engenho que tenha uma população de 120 milhões de brasileiros não se vislumbra as mínimas condições, nos próximos anos, para a liquidação da dívida do País. Nem o saldo da balança comercial vai chegar para pagamentos dos juros nem os cortes nos gastos ou o aumento da carga tributária serão suficientes para fazer face ao serviço do endividamento externo. Portanto, a "bola de neve" crescerá.

Tanto os bancos estrangeiros quanto as instituições que aplicam recursos no mercado interno deveriam cair na realidade: e se os primeiros pensam que poderão receber o seu capital, em prazos curtos, acrescido de juros, melhor fariam se concordassem, desde logo, em consolidar a dívida por vinte ou trinta anos a taxas fixas, pois antes perder os dedos do que decepar o braço; e se os segundos julgam que o Tesouro vai poder resgatar nos vencimentos os títulos da dívida pública com correção plena, sem expurgos ou reduções, também se devem ir habituando à idéia de que o Estado, para cumprir seus compromissos, terá de criar ou agravar impostos numa escala crescente, que pode atingir toda a remuneração pretendida.

(\*) Diretor do Banco Itaú de Investimento.